

Tempo e pessoa: categorias que singularizam no uso da língua*

Claudia Toldo**
Patrícia Valério***

Resumo

Este texto traz uma reflexão acerca de questões referentes à singularidade e à subjetividade do homem na língua, partindo das categorias de tempo e pessoa, segundo a perspectiva da Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste. Neste texto, queremos dar uma ênfase especial ao estudo do tempo linguístico, tratado especificamente no texto de Benveniste de 1965, “A experiência humana”, quando ele caracteriza um modo singular de o sujeito se enunciar e se marcar no discurso ao usar a língua, uma vez que considera a premissa de que todas as línguas têm categorias elementares que marcam a experiência humana, por isso subjetiva, de sujeitos que usam a língua para comunicarem-se uns com os outros.

Palavras-chave

Tempo; pessoa; enunciação

Abstract

This article brings a reflection on topics referring to singularity and subjectivity of man in language, starting from the categories of tense and person, according to Benveniste's theory of enunciation. In this text, we aim to emphasize especially the study of the linguistic tense, discussed by Benveniste in his 1965's text, *Language and Human Experience*, in which he characterizes the individual's unique way of enunciating and marking himself/herself in speech when using language. Benveniste assumes that every language has elementary categories that impact human subjective experience of using language to communicate with one another.

Keywords

Tense; person; enunciation

* Artigo de autoras convidadas para o dossiê.

** Professora no Curso de Letras e do PPGL da Universidade de Passo Fundo. Doutora em Letras, bolsista PQ-CNPq.

*** Professora no Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo. Doutora em Linguística Aplicada (UNISINOS).

Primeiras palavras

Este texto traz reflexões acerca da categoria de tempo (físico, crônico e linguístico), desenvolvida pelo linguista francês Émile Benveniste, especialmente no texto de 1965, “A linguagem e a experiência humana”, publicado no Problemas de Linguística Geral II (1989) (doravante PLG II). Nesse texto, Benveniste sublinha questões referentes à singularidade e à subjetividade do homem na língua, partindo das categorias de tempo e pessoa, uma vez que considera a premissa de que todas as línguas têm categorias elementares que marcam a experiência subjetiva de sujeitos que se enunciam. Neste texto, tomando a perspectiva da Teoria da Enunciação, queremos dar uma ênfase especial ao tempo linguístico, já que ele caracteriza um modo singular de o sujeito se enunciar e se marcar no discurso ao usar a língua. Destacamos que para Benveniste (1989), o tempo do presente ordena a experiência humana. Diz Benveniste (1989, p.60): “Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor juntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda. [...] Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua.”.

A partir de um esboço de análise que discute a singularidade das formas e a subjetividade humana marcadas no uso da língua, é que este texto se constitui. Através das categorias de pessoa e de tempo, vistas em uso em dois recortes de expressivos escritores: um trecho de uma carta de Machado de Assis, datada de 1904, e outro de uma carta de Érico Veríssimo, datada de 1974, queremos pensar a singularidade da experiência humana na linguagem.

O importante para esta reflexão é ressaltar que, nos estudos de Benveniste, a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso, o que a torna única, isto é, original. Benveniste alerta-nos de que a condição específica para a enunciação é o ato de produzir o enunciado e não o texto do enunciado. Este pode ser repetido, aquele não, por isso, dizemos que *o enunciado é irrepetível*.

Conforme Benveniste, a enunciação é responsável por promover certos signos à existência. É a enunciação que se torna responsável por algumas classes de signos, é ela que dá existência a uma série de palavras que só fazem sentido no discurso. Passemos, então, à reflexão.

1. A experiência humana inscrita na linguagem: o tempo (re)inventado

Tempo e pessoa são duas categorias indissociáveis na constituição do discurso, conforme ensina Benveniste no texto *A linguagem e a experiência humana*, ao explicitar o objetivo do texto: “esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, aliás, necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo.” (1989, p. 68). Ao apresentar tais categorias, o linguista as define como “categorias elementares¹, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e situam na e pela linguagem” (1989, p. 68).

O tempo linguístico está ligado ao exercício da fala e não estabelecerá correlação com os tempos verbais. Trata-se de um tempo do discurso, como veremos em Benveniste.

Estamos buscando compreender, conforme já dissemos, como a noção de tempo pode se apresentar em textos, neste estudo: cartas. As pessoas dizem algo – aqui e agora – e o conteúdo (o material linguístico) desse *algo dito*, como veremos nas cartas em análise, está situado em um dado tempo, algo que foi produzido em um presente que, em seguida se tornou passado, mas que retorna, através da linguagem, ao presente da leitura de cada um.

Poderíamos dizer, então, que a enunciação possibilitaria a emergência de vários níveis de temporalidade, concomitantemente? Ou seja, um nível de temporalidade ligado ao acontecimento – *hic et nunc* – e outro(s) promovido(s) por ele, uma espécie de 2ª enunciação que se dá no processo de leitura?

No conjunto de textos que integram os PLG de Émile Benveniste, a categoria tempo ocupa, juntamente com a categoria de pessoa, importante espaço.

No texto *A linguagem e a experiência humana* (1989), fica clara a necessidade de, pelo menos, duas categorias para a configuração da linguagem em discurso: a de pessoa e a de tempo. O discurso somente se instaura no momento em que o sujeito que fala emprega o pronome *eu* para referir a si próprio em sua fala e o faz sempre em oposição a *tu* e a *ele*. Essa instauração do sujeito na linguagem, através da categoria de

¹ É interessante observar a afirmação de Dessons (2006) acerca do emprego da palavra *elementares* na definição dessas categorias. Para o autor, dizer que *tempo* e *pessoa* são categorias elementares significa reconhecer que elas *são inseparáveis da ideia de linguagem que lhe constitui a própria natureza* (p. 100).

pessoa, é a condição mesma do discurso. É única a instância da enunciação, explica Benveniste (1989, p.68), pois

este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias de discursos.

O fato de *eu* designar a cada vez uma pessoa – aquela que dele se apropria – concretiza a realização de uma experiência humana, a qual se instaura a cada vez que alguém enuncia e que revela o instrumento linguístico que a funda. Essa atualização da experiência na linguagem é algo essencial que jamais poderá faltar a uma língua, é a possibilidade mesma do discurso.

Uma *dialética singular é a mola desta subjetividade* teoriza Benveniste e explica: é que os pronomes pessoais configuram-se, fora do discurso, em formas vazias, que somente são preenchidas a partir do instante em que alguém deles se apropria pelo ato de linguagem. Essa é igualmente a condição dos dêiticos; os demonstrativos, por exemplo, organizam o espaço a partir de um ponto central (*eu*) na linguagem, a partir de categorias variadas: localizamos determinado objeto a partir de informações que giram em torno de quem fala – ou com quem se fala – *eu, tu* (ou *ele*), dizemos que *x* está perto ou longe de quem fala, em frente ou atrás, visível ou invisível, etc.

É este fenômeno que queremos observar: a realização de uma experiência humana que se instaura cada vez que alguém enuncia – essa atualização da experiência de linguagem que se dá no tempo.

De acordo com Benveniste (1989), dentre as formas que revelam a experiência subjetiva da linguagem, as que exprimem *tempo* são as mais ricas e, por isso, mais complexas. O linguista argumenta a respeito dessa complexidade, referindo a condição especial dessa categoria na língua em oposição às armadilhas do psicologismo, defende a condição especial do tempo na língua, já que é ele que instancia o presente do discurso. “Há um tempo específico da língua” (1989, p. 71), afirma o linguista sírio, mas para compreender melhor essa condição, convém diferenciar duas noções distintas de tempo: tempo físico do tempo crônico.

Benveniste (1989) não se alonga a respeito do tempo físico, pois entende que essa noção é bastante conhecida de todos. O tempo físico, destaca, diz respeito a um “contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (1989, p. 71) e sua duração

é variável a cada indivíduo, de acordo com o grau de emoções e o ritmo de sua vida interior; trata-se de um tempo psíquico.

O tempo crônico, por sua vez, é o tempo da evanescência, do *acontecimento*, que não volta jamais, por exemplo: não podemos voltar à infância ou à juventude, nem ao dia de ontem, nem mesmo ao minuto que acaba de passar: “nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum” (BENVENISTE, 1989, p. 71). Ao mesmo tempo, nossa vida é uma sequência de acontecimentos, marcada por pontos de referência aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo. Nós podemos observar nossa vida e lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrendo o tempo decorrido sob duas formas ou direções: do passado ao presente ou do presente ao passado. Assim, há uma aparente contradição que reside em uma propriedade essencial do tempo crônico: ao mesmo tempo em que a vida corre, há os acontecimentos demarcados na história. Benveniste alerta a respeito da importância da noção de acontecimento, pois este está centrado no presente sob o qual se assentará a noção de tempo:

No tempo crônico, o que denominamos ‘tempo’ é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo. (BENVENISTE, 1989, p. 71).

Todas as sociedades humanas visam objetivar o tempo crônico de diversas formas: separando o dia e a noite, observando o movimento das marés, as fases da lua, as estações do ano, os movimentos do sol, etc. Nessa tentativa de objetivação do tempo crônico, as sociedades humanas buscaram definir três características que fundamentam esse tempo e a própria vida das sociedades: a estativa, a diretiva e a mensurativa. Cada uma delas com configurações diferentes. A estativa pode ser examinada sob o aspecto dos calendários. Os calendários com traços comuns partem de um momento zero, de onde parte o cômputo, por exemplo, nascimento de Cristo ou de Buda, ascensão de certo soberano, etc. Dessa primeira condição decorre a segunda, a diretiva, que é enunciada pelos elementos linguísticos *antes* e *depois* os quais se referem ao ponto de referência inicial. À terceira condição, a mensurativa, cabe a atribuição de medir os intervalos entre as ocorrências dos fenômenos cósmicos. Por exemplo: o intervalo entre dois pontos diferentes do horizonte será o dia, o intervalo entre duas conjunções da lua e o sol será o mês, o intervalo de uma volta completa do sol e das estações será o ano e

assim consecutivamente podem ser acrescentados outros agrupamentos (semana, século) ou subdivisões (hora, minuto).

Há um terceiro nível do tempo – o tempo linguístico – ao qual é necessário estabelecer a distinção, pois “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 74). O tempo linguístico está ligado ao exercício da fala, organiza-se e define-se como função do discurso e tem seu centro no presente da instância de fala: “cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do ‘presente’ (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona” (BENVENISTE, 1989, p. 74).

Queremos discutir melhor essa propriedade original da linguagem anunciada por Benveniste: o fato de este presente ser reinventado a cada vez que um homem fala porque esse momento é novo, já que ainda não foi vivido.

Vejamos o que diz o mestre sobre esse tempo específico do discurso:

O presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção. (BENVENISTE, 1989, p. 75).

A reflexão de Benveniste sobre o presente linguístico faz com que percebamos o caráter *sui generis* atribuído pelo linguista a esse tempo do discurso que nos faz pensar sobre a manifestação linguística que integra o conteúdo das duas cartas que compõem o *corpus* de nossa análise nesta reflexão.

Como é possível falar do tempo, seja ele passado, passado mais distante de todos (original) ou mesmo do presente senão pela linguagem?

Benveniste parece encontrar a solução para esse problema, ao qualificar o presente como categoria linguística por excelência do discurso, atribuindo-lhe status diferenciado. Benveniste ensina que a língua tem por necessidade ordenar o tempo a partir de um eixo e esse eixo é sempre a instância do discurso. O presente manifesta-se, ao nível do discurso, até mesmo de modo implícito, pois *o único tempo inerente à língua é o presente do discurso* (BENVENISTE, 1989, p. 76). Além disso, o tempo instaura uma experiência fundamental da qual todas as línguas dão testemunho, cada qual à sua maneira: é a possibilidade de determinar, através do presente do discurso,

duas possibilidades de referências temporais: a de indicar o que não é mais presente e o que ainda por se tornar.

O tempo linguístico emerge na instância discursiva, assim, toda vez que o pronome *eu* aparece em um enunciado *uma experiência humana se instaura e revela o instrumento linguístico que a funda*.

Além disso, é importante considerar que, ainda que a categoria *tempo* goze de importante estatuto na enunciação, ela não é a principal, nem atua, sozinha, para que a língua – sistema de signos – se transforme em discurso. A enunciação promove, literalmente, alguns signos à existência. Benveniste ensina que “é preciso saber distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor” (BENVENISTE, 1989, p. 86, grifos do autor). É a enunciação que cria o ‘aqui-agora’ da enunciação. Assim, a *temporalidade é produzida na e pela enunciação*, pois o tempo

é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Em Benveniste, vimos que o *tempo* é uma condição para promover a língua à situação de enunciação. No *Aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, Benveniste considera que a enunciação é o ato de colocar a língua em uso, através de um ato individual de apropriação. Nesse texto, Benveniste nos mostra que a *situação* de enunciação vai se manifestar por um “jogo de formas específicas”. São elas: a) índices de pessoa (*eu/tu*); b) índices de ostensão (função dêitica da língua) e c) índices de tempo. A forma axial, ou seja, o eixo orientador da *situação* de enunciação é o presente que coincide com o momento da enunciação. É dele que nasce a categoria de tempo. É na *situação* que temos o *eu* que se enuncia a um *tu*, num dado *tempo* e num dado *lugar*. Essas são as formas específicas da enunciação que, num jogo muito particular e singular, propiciam a enunciação que se renova a cada produção do discurso.

Portanto, podemos dizer que a categoria de tempo é, segundo nos mostra Benveniste em reflexões que perpassam seus textos aqui recortados é concebida como algo singular na linguagem só possível de se revelar porque um *eu* se apropria do sistema da língua e se enuncia. É este ato de colocar a língua em funcionamento que

revela uma simbiose perfeita entre pessoa e tempo: o locutor diz *eu*, *aqui* e *agora*. A enunciação apresenta-se. A seguir, algumas reflexões sobre a categoria de pessoa.

2. A experiência humana inscrita na linguagem: a pessoa singular

O estatuto da pessoa é tematizado por Benveniste em diferentes textos produzidos ao longo de mais de uma década.

Um dos primeiros textos em que encontramos referência ao estudo da categoria de pessoa é *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946). Nesse texto, Benveniste apresenta duas correlações: a *de pessoalidade* – presente em *eu/tu*, ausente em *ele* – e a *de subjetividade*, marca exclusiva do eu. As pessoas *eu* e *tu*, em Benveniste, compartilham duas características: a da *unicidade* “o *eu* que enuncia, o *tu* ao qual *eu* se dirige são cada vez únicos” (1995, p. 253, grifos do autor) e a da *inversibilidade* “o que *eu* define como *tu* se pensa e pode inverter-se em *eu* e *eu* se torna um *tu*” (BENVENISTE, 1995, p. 253, grifos do autor), enquanto *ele* “pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (BENVENISTE, 1995, p. 253).

Em outro texto, *A natureza dos pronomes* (1995), Benveniste apresenta a distinção de *eu/tu* como pessoa e *ele* como não-pessoa a partir do que nomeia de *realidade* (ou *instância*) *do discurso*: “É identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1995, p. 280-281). Com essa descrição, o linguista destaca a característica sistemática da linguagem que institui um signo móvel, “*eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância de seu próprio discurso” (BENVENISTE, 1995, p.281).

Benveniste destaca a condição específica dos pronomes *eu* e *tu*², que são *signos vazios*, sem existência virtual, mas que se tornam *plenos* na medida em que são assumidos por um locutor em uma instância discursiva e explica a diferença da situação do pronome *ele* (não-pessoa), cujo uso se distingue totalmente de *eu* e *tu* “pela sua função e pela sua natureza.” (BENVENISTE, 1995, p. 282). Esse pronome remete não a ele mesmo, mas a situações objetivas, fora da instância da enunciação. Exerce, na língua, funções que podem ser substituídas por substantivos ou reveza-se com esses, cumprindo, muitas vezes, uma “necessidade de economia, substituindo um segmento do

² Benveniste integra aos pronomes *eu* e *tu* os elementos da dêixis.

enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável” (BENVENISTE, 1995, p. 283).

Antes de darmos sequência a esta reflexão, queremos destacar o alerta de Flores (2013b) para a particularidade da *flutuação terminológica em Benveniste*, para o pesquisador, um dentre os importantes indicadores que revelam o quanto a reflexão de Benveniste está longe de apresentar um modelo acabado.

Conforme aponta Flores (2013b), a produção teórica do mestre sírio é vasta e abrangente, incluindo diálogos construídos com filósofos, antropólogos, psicólogos, linguistas. Em sua teoria é possível encontrar, tanto em um mesmo texto como em textos diferentes, termos idênticos do ponto de vista da expressão, mas com significados distintos (homônimos), termos com expressões diferentes, porém com conceitos idênticos (sinônimos) e mesmo termos cujo uso adquire nuances de sentido, um uso polissêmico. Tal condição, no ponto de vista do pesquisador, não deve ser vista como um obstáculo para o leitor, “basta que a flutuação terminológica seja admitida como uma espécie de advertência da leitura que se pode fazer” (FLORES, 2013b, p. 34).

Assim, é necessário considerar que a teoria benvenistiana assenta-se sob uma rede conceitual, já que muitos termos e noções, nessa teoria, encontram-se articulados sob diferentes relações: hierárquicas, paralelas, transversais, etc.: “Os termos e as noções que fazem parte de um dado conceito contêm outros termos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros.” (FLORES, 2013a, p. 99).

Reconhecer a existência dessa rede conceitual é fundamental para compreender a noção de pessoa em Benveniste, noção que agrega o sentido de vários termos além de pessoa, como *subjetividade*, *intersubjetividade*, *homem*, *locutor* e *sujeito*, como veremos na sequência.

Flores (2013a) aponta dois aspectos presentes na reflexão do linguista sírio relativos à noção de pessoa: o primeiro é o fato de não haver, entre *eu* e *tu* simetria, mas oposição e complementaridade (p. 108); o segundo revela que a noção de pessoa é constituída pela reciprocidade, pois “o dizer que implica subjetividade também implica a intersubjetividade” (FLORES, 2013a, p. 108), de modo que há, na noção de pessoa, dualidade e indissociabilidade, pois na língua coexistem subjetividade e intersubjetividade.

O princípio básico da teoria de Benveniste, de acordo com Flores (2013a), é este: “o homem é de natureza intersubjetiva porque é constituído pela linguagem” (p.

100). Tal princípio encontra-se formulado no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), conforme podemos constatar através da seguinte declaração:

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1995, p. 285).

Embora o tema da *intersubjetividade* seja recorrente em Benveniste, o emprego explícito do termo não o é. Conforme atesta Flores (2013a), “o uso da palavra *intersubjetividade* é menos comum se comparado a subjetividade e a pessoa” (p. 105, *grifo do autor*). Dois excertos de textos de Benveniste (publicados em um intervalo de quase dez anos) são destacados pelo pesquisador – o primeiro está no texto *Da subjetividade na linguagem*; o segundo, em *A linguagem e a experiência humana*:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se a restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição da intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 1995, p. 293).

O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo ou crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter se torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 1989, p. 78).

Flores (2013a) depreende, a partir dessas duas ocorrências, a concepção de intersubjetividade como “condição de”, ideia, para ele, diretamente imbricada com a noção de *indissociabilidade* entre homem e linguagem – o *a priori radical* presente no texto *Da subjetividade na linguagem* (1956). “‘A linguagem é a condição do homem’ – já que ela *ensina a definição mesma de homem* que nela está sob ‘condição da intersubjetividade’.” (FLORES, 2013a, p. 105, *grifos do autor*).

Essa ideia de linguagem como *uma experiência humana na linguagem* é confirmada em outra passagem do texto *A linguagem e a experiência humana*, em que se pode inferir o acréscimo ao sintagma “experiência humana” do adjetivo “intersubjetiva”:

a intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (BENVENISTE, 1989, p. 80).

Nesse ponto, de acordo com Flores (2013), insere-se um tema *delicado* na teoria de Benveniste. Há certamente uma novidade na leitura atual dos textos do linguista sírio ao vincular, explicitamente, a ideia da linguagem como condição de existência do

homem e de natureza intersubjetiva. Para Flores (2013a), “a linguagem é constitutiva do homem na justa medida em que a intersubjetividade lhe é inerente, sem o que não se poderia encontrar ‘no mundo, um homem falando com outro homem’.”³ (p. 106).

A subjetividade não é pré-existente, pois “é *na e pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’.” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Essa capacidade de o homem constituir-se sujeito pela linguagem, Benveniste considera como um universal linguístico, pois todas as línguas têm em comum “certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante⁴” (BENVENISTE, 1989, p. 68).

Analisando os termos trazidos à tona até aqui e, de modo especial, esses últimos – subjetividade, intersubjetividade e pessoa, em Benveniste – é possível perceber o quanto a definição dos termos relacionados à enunciação, em Benveniste, é complexa, pois nenhum deles, como vimos, pode ser definido sem que esteja ligado ao outro.

As noções de *homem*, *locutor*, *sujeito* estão implicadas quando se estuda a categoria de pessoa na teoria benvenistianiana.

Para compreender a relação entre esses três termos, Flores (2013a) refere a segunda parte do texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), que discute a *função da linguagem* e faz uso da palavra *homem* em um sentido bastante próximo do sentido de *homem* no texto *Da subjetividade da linguagem*, quando declara que “a linguagem está na natureza do homem que não a fabricou.” (1995, p. 285). Em *Vista d’olhos*, Benveniste declara que:

não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano. (BENVENISTE, 1995, p. 31).

Importa esclarecer que, em Benveniste, os termos *locutor*, *homem* e *sujeito*, ainda que tenham sentidos nem sempre facilmente apreendidos, são importantes para compreender a teoria sob a qual se assenta a enunciação. O termo *locutor*, por exemplo, não se confunde com *homem* e nem com *sujeito*, conforme defende Flores (2013a), a partir de Ono:

³ No original: “dans le monde, un homme parlant à un autre homme”.

⁴ No texto *A linguagem e a experiência humana* (1965), Benveniste desenvolve uma reflexão sobre o papel das categorias pessoa e tempo no discurso.

a frase se realiza no tempo e no espaço por uma combinação sintagmática das palavras, e ela se atualiza por um locutor que realiza esta dupla operação – a sintagmatização e a atualização – no discurso. O conceito de locutor é, portanto, indispensável para articular semiótico e semântico. (ONO *apud* FLORES, 2013a, p. 109, tradução livre).

Ou seja, locutor, para Benveniste, não é, necessariamente, o *sujeito*, figura que assume, em sua teoria, status especial. Segundo Flores (2013a), o estudo sobre o sujeito “abre a teoria de Benveniste à exterioridade teórica da linguística e, por essa abertura, permite falar algo sobre *sujeito da enunciação*” (p. 111, grifos do autor).

De acordo com Flores (2013a), o termo sujeito apresenta-se, nos diversos textos de Benveniste, com diferentes sentidos. Analisando parte das ocorrências do termo no conjunto da obra benvenistiana, o pesquisador identifica pelo menos três sentidos diferentes até chegar à definição que se aproxima do que entende ser *sujeito da enunciação*. Há usos do termo sujeito em sentido mais restrito – o que qualifica como sentidos não-teóricos; é o caso das definições que aproximam *sujeito* do indivíduo que fala, ocorrências observáveis em textos de diferentes momentos da produção teórica do linguista, como em *Estrutura de relações de pessoa no verbo* (1946) e em *O aparelho formal da enunciação* (1970). Um segundo uso é decorrente de alternância (ou co-ocorrência) com outros termos, como *pessoa*, *sujeito falante*, *locutor* e *sujeito*. Flores chama atenção para a particularidade dessa co-ocorrência de termos em Benveniste, pois, dessa leitura, “é possível depreender uma ideia de ‘passagem’ de uma instância a outra” (2013a, p. 112). Um terceiro uso é depreendido de modo mais claro a partir do texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), no qual parece ser construída a ideia de que o sujeito não é nem o locutor, nem o homem, pois “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito.” (BENVENISTE, 1995, p. 286).

Se o *sujeito* não é nem o homem, nem o locutor, Flores (2013a) irá apostar em uma noção de *efeito de apropriação* que transformará o homem/o locutor em *sujeito*. A ideia da apropriação, isto é, da conversão individual da língua em discurso é defendida pelo pesquisador como um “tornar próprio de si” (2013a, p. 112). Seria *um sujeito que advém da enunciação*.

Acreditamos que essa noção de sujeito que se constitui *na e pela* enunciação é fundamental para pensar nessa experiência humana implicada no texto em análise. Se o sujeito não existe antes da enunciação, mas se institui através dela, vamos olhar para o modo como se dá essa instanciação singular do sujeito.

Entender que o sujeito se constitui *na* e *pela* enunciação de seu discurso é fundamental para esclarecer a ideia de que não existe um sujeito antes da enunciação, ou exteriormente a ela, pois de uma enunciação à outra o sujeito se constitui *de novo* (*à neuf*). Para Dessons “é este mesmo o princípio da noção de reinvenção já mencionado. A historicidade da linguagem faz com que a repetição não possa ser reproduzida de forma idêntica” (2006, p. 135, livre tradução).

Depois de (re)visitar a teoria benvenistiana sobre as categorias de pessoa e de tempo, analisaremos um texto em que a singularidade da experiência humana se revela na linguagem. Assim, a partir de agora, dirigimos nosso olhar para o material linguístico veiculado nas cartas em análise.

3. Análise

Este esboço de análise da questão que nos propomos a refletir, discutida nas seções anteriores, dá-se a partir de dois trechos de cartas de ilustres escritores que marcaram nossas vidas pela sua singularidade e subjetividade. Esses trechos fazem parte de uma publicação do jornal Zero Hora, de 9 de agosto de 2015, p. 12. Seguem trechos de duas cartas, uma escrita por Machado de Assis (1839 – 1908) que lamenta a perda da sua mulher, Carolina. O destinatário era seu grande amigo Joaquim Nabuco (1849 – 1910); a segunda é um trecho de Érico Veríssimo (1905 – 1975) à amiga Lygia Fagundes Telles. Essas cartas fazem parte de um acervo que o Instituto Moreira Salles disponibiliza para a referida publicação de ZH.

1.1 Carta 1

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1904.

Meu caro Nabuco,

Tão longe, em outro meio, chegou-lhe a notícia da minha grande desgraça, e você expressou logo a sua simpatia por um telegrama. A única palavra com que lhe agradei é a mesma que ora lhe mando, não sabendo outra que possa dizer tudo o que sinto e me acabrunha. Foi-se a melhor parte da minha vida, e aqui estou só no mundo. Note que a solidão não me é enfadonha, antes me é grata, porque um novo modo de viver com ela, ouvi-la assistir aos mil cuidados que essa companheira de 35 anos de casados tinha comigo; mas não há imaginação que não acorde, e a vigília aumenta a falta da pessoa amada. Éramos velhos, e eu contava morrer antes dela, o que seria um grande favor; primeiro porque não acharia a ninguém que melhor me ajudasse a morrer; segundo porque ela deixa alguns parentes que a consolariam das saudades, e eu não tenho nenhum. Os meus são os amigos, e verdadeiramente são os melhores; mas a vida os dispersa, no espaço, nas preocupações do espírito e na própria carreira que a cada um cabe. Aqui me fico, por ora na mesma casa, no mesmo aposento, com os mesmos adornos seus. Tudo me lembra a minha meiga Carolina.

[...]

Machado de Assis (*Zero Hora*, 09 de agosto de 2015, p. 12).

Como dissemos anteriormente, queremos, a partir da análise das categorias de pessoa e de tempo, pensar sobre a singularidade de uma experiência humana que se revela na linguagem, mais especificamente em um trecho de uma carta de Machado de Assis endereçada a Nabuco.

Um primeiro aspecto que merece observação é a instanciação do sujeito, isto é, a transformação do locutor em sujeito. Tal movimento configura-se, de acordo com o ponto de vista que defendemos, na instauração de uma primeira temporalidade.

Essa primeira temporalidade é constituída em um dado momento, 20 de novembro de 1904, em horário que não podemos definir com precisão, mas que se constituiu em um *aqui-agora*, que não existe mais.

Poderá repetir o material linguístico enunciado, mas nunca o *ato* de enunciar, já que o presente “é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, *é necessário refletir bem sobre isso*, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.” (BENVENISTE, 1989, p. 85, grifo nosso).

Essa ideia de ineditismo da enunciação aparece em mais de um momento da produção do pensamento do autor, como podemos observar, por exemplo, em *O aparelho formal da enunciação*, quando Benveniste descreve os índices de pessoa e afirma que “eles são engendrados de novo (*à nouveau*) a cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo (*à neuf*)”⁵ e na entrevista dada a Pierre Daix no capítulo 1 do PLG II, *Estruturalismo e linguística*:

Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de maneira distinta, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. (BENVENISTE, 1989, p. 18).

Encontramos em Naujorks (2011) um aspecto interessante para pensar sobre o aspecto da temporalidade em discussão. A pesquisadora defende a tese de que a leitura, mesmo não prevista nos estudos benvenistianos, pode ser uma modalidade de enunciação. Assim, Flores e Teixeira (2005) argumentam que a leitura é fenômeno enunciativo, pois:

a pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, o que não garante, no entanto, que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o resultado de

⁵ Em francês: “Ils sont engendrés *à nouveau* chaque fois q’une énonciation est proférée et chaque fois ils désignent *à neuf*. (PLGII, p.83, grifo nosso).

um processo de apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura (FLORES & TEIXEIRA, 2005, p. 8).

Nessa perspectiva, a leitura seria uma modalidade enunciativa na medida em que, via enunciação, alguém “se apropria do aparelho formal da língua e enuncia” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Aqui temos uma primeira instância da experiência humana permitida pela linguagem.

Conforme Naujorks (2011, p.90) “a leitura é um ato de interpretação, uma tentativa de reconstituição de um sentido”. A pesquisadora defende que na leitura há uma passagem de um locutor-leitor a um sujeito-leitor. Nesse sentido, o leitor não é um *tu*, mas um *eu*, na medida em que se transforma em sujeito no momento em que constrói referência, sentido. Se Naujorks (2011) tem razão, isto é, se a *ler é enunciar*, então cada vez que alguém lê está se apropriando do *aparelho formal da língua* para enunciar, para produzir sentido.

Haveria, portanto, uma segunda forma de temporalidade instaurada no momento em que o alocutário⁶ recebe a carta e passa de lugar *tu* (outro) para o lugar de *eu*, na medida em que lê e assume a língua toda, transformando-se, portanto, via leitura, em protagonista da enunciação. Vale destacar que esse momento é, como o anterior, temporário; ou seja, trata-se de um *aqui-agora* circunscrito a um tempo-espaco que se preenche e, em seguida, apaga-se, tornando-se passado.

Por fim, haverá, conforme o que defendemos, um terceiro nível de temporalidade, um outro *aqui-agora*, instaurado a cada leitura realizada por um outro interlocutor, ou seja, a cada vez que alguém lê o texto e assume, por sua vez, a língua instaurando-se como sujeito. Será essa uma espécie de temporalidade (re) construída *ad infinitum*, já que constituirá uma nova enunciação a cada realização de processo de leitura. Esse aqui-agora, renovado através da leitura, nascerá a cada vez que alguém ler para morrer em seguida, podendo renascer novamente a cada vez que alguém realizar essa experiência humana através da leitura.

Benveniste (1989) argumenta que a temporalidade é produzida *na e pela enunciação* e não um quadro inato do pensamento. Diz ainda que “o presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção do discurso” (1989, p. 85). Então, podemos afirmar que essa renovação do

⁶ Destacamos a preferência de Capt (2013) pelo termo *alocutário* em detrimento do termo *interlocutor*: “A palavra ‘alocutário’, por conter o elemento grego *allos* (‘outro’), tem a vantagem de configurar de início uma instância de alteridade que goza de certa autonomia” (p. 95).

tempo, possível de ser vivida através da *leitura-enunciação* (ato individual, único e irrepetível) é uma forma de realizar uma experiência humana.

Tal visão está em sintonia com uma leitura contemporânea da obra benvenistiana, na perspectiva da constituição de um sujeito antropológico, o que, acreditamos, manifesta-se duplamente, na escrita e na leitura. Assim, queremos destacar esse caráter da experiência humana que se realiza através da temporalidade, já que esta é produzida *na e pela* enunciação.

Nessa perspectiva de interação com o texto/carta temos a possibilidade de “reviver” um tempo que, obrigatoriamente, é outro, mas (re)inventá-lo pelo simples prazer de ler de novo Machado de Assis.

1.2 Carta 2

Porto Alegre, 29 de outubro de 1974.

[...]

Mas eu lhe escrevo para dizer que ando com saudade dum papo contigo. Sim, e para te contar que achei teu conto sobre a bolha de sabão* uma joia. Li-o duas vezes. A primeira vez como leitor de ficção que sou. A segunda, com olho de oficial do mesmo ofício. Repito, é uma joia. Como pôde essa menina de suéter verde que conheci em 1943 (sorry pela data!) chegar a esta altura. As Meninas? Continuo a afirmar que foi o maior romance deste ano e de muitos outros. Fico assim com um orgulho de tio quando leio ou ouço alguém dizer bem desse livro. Você chegou muito alto no seu ofício, e vai manter-se aí por muito tempo. E ninguém lhe deu uma mão forte, decisiva. Good bless you! (que vontade tenho de que Deus exista!) Vou voltar ao Solo. Estou empacado em Portugal. Feitiço de Salazar? Sei lá.

[...]

Érico Veríssimo (*Zero Hora*, 09 de agosto de 2015, p. 12).

Neste segundo texto, que ora nos propomos a esboçar uma análise, destacamos o fato de que analisar um texto com base na enunciação é produzir um novo texto. Em outras palavras: analisar um texto, com base em princípios enunciativos, poderia ser visto como um trabalho que consiste em um processo de interpretação de quem faz a análise, no qual se busca a associação entre os elementos da enunciação e o fato de o locutor ter dito o que disse, na época/tempo que disse. Esse ato de ler, num outro momento o “mesmo” texto/carta é, ele mesmo, um novo texto/uma nova carta. Com isso, recusamos que exista uma única análise de um dado texto: há tantas análises quantas forem as interpretações produzidas. Ou melhor: há tantas análises quantas forem as possíveis enunciações.

Saussure ensinou que o ponto de vista é que cria o objeto, assim, as considerações que apresentamos aqui configuram-se em *uma* dentre as muitas possibilidades de olhar para esse texto.

A carta de Érico Veríssimo a Lygia revela a saudade de um *eu* por um *tu* (a Ligia) “eu lhe escrevo para dizer que ando com saudade dum papo contigo”. Há um *eu* que se instancia na língua, e que instaura um *tu* diante de si: “Repito, é uma joia”, diz referindo-se ao conto sobre bolha de sabão; “Você chegou muito alto no seu ofício”; “E ninguém lhe deu uma mão forte, decisiva”, segue elogiando o alocutário – a destinatária da carta. Todo esse texto foi enunciado em uma temporalidade determinada, um aqui-agora (19 de outubro de 1974), em um dado momento desse dia, que não podemos precisar. Lembremos que a enunciação é um ato individual de utilização que somente pode se dar no presente, porque “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85). Temos aqui instaurada uma primeira temporalidade, um aqui-agora de um *eu* que revela a um *tu* (a amiga da carta) a saudade da companhia e o prazer da leitura (do conto) já feita.

Analizando, ainda, essa primeira possibilidade de enunciação, instaurada nessa que chamaremos de *primeira* temporalidade, consideramos a necessidade, ao ler a carta, de saber de que se trata, ou ainda que referência o locutor (*eu*) do texto constrói. O tempo presente é que aponta para essas questões que envolvem o *aqui* (índice de ostensão) e o *agora* (índice de tempo) do *eu/tu* (categoria de pessoa) que se enuncia a cada vez singularmente. Por isso um novo texto/uma nova carta a cada vez que a lemos.

Assim temos um *segunda* temporalidade que é instaurada no momento em que esse texto sofre uma segunda atualização: quando é lido pelo alocutário – que, através da leitura, transforma-se em *eu*. Temos aqui um quadro figurativo da enunciação – a estrutura do diálogo, “duas figuras igualmente necessárias, uma, na origem, a outra fim da enunciação.” (BENVENISTE, 1989, p. 87),

Lembramos, também, que a referência é parte integrante da enunciação, assim esse novo *eu* (antes *tu*) assume a língua no momento da leitura para construir referência com seu alocutário (antes *eu*), já que “a língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Isso traz o ato individual de apropriação da língua daquele que se enuncia. É a própria enunciação.

E uma *terceira* atualização ocorre quando da publicação desta carta no jornal Zero Hora. A publicização dessa carta promoverá novas (outras tantas infinitas) atualizações a cada vez que um leitor realizar a leitura da carta.

Para Flores e Teixeira (2005), enunciar é transformar, individualmente, a língua – mera virtualidade – em discurso. Com base nos autores, podemos afirmar que cada leitor de Zero Hora, ao ler a Carta de Érico, atualiza o enunciado da carta (repetível) em algo novo (irrepetível), já que o faz sempre em “novo” tempo. Destacamos que o enunciado é sempre repetível; o irrepetível está na sua enunciação.

A cada vez que uma leitura é realizada, há um *eu* e um *tu*, “engendrados de novo”, pois, a cada vez que o locutor assume a língua e se enuncia, o faz de modo único, *tornando-se eu*. Cada vez que enuncia seu texto supõe o outro, o alocutário, qualquer que seja o grau imaginado de sua presença. A enunciação será a cada vez uma reinvenção, já que a língua será sempre assumida por um novo leitor (categoria de pessoa) em um novo tempo.

Acreditamos que essa ideia de irrepetibilidade da enunciação está intimamente relacionada com a questão do tempo, *o presente* que caracteriza toda e qualquer enunciação. O tempo presente é uma, dentre as formas específicas da enunciação que, num movimento muito particular, fazem da enunciação algo novo e único a cada produção discursiva. Isso porque “a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu ‘hoje’ se converte em seu ‘hoje’, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu ‘ontem’ em seu ‘ontem.’” (BENVENISTE, 1989, p. 77-78). É por isso que “o tempo do discurso funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal” (BENVENISTE, 1989, p. 78).

Por fim, queremos concluir nosso raciocínio e insistir no caráter especial dessas duas categorias – tempo e pessoa – na enunciação. Benveniste ensina que “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo” (1989, p. 74). Então, para finalizar, queremos reafirmar nossa tese de que a leitura e a escrita representam *possibilidades* de viver o agora, a experiência do tempo, como ensinou-nos o mestre sírio.

Considerações finais

Reconhecemos o caráter provisório e mesmo incompleto da leitura particular que fizemos de Benveniste e da possibilidade de ler novos textos, toda vez que considera sua teoria da enunciação. Queremos, por ora, sublinhar que a cada vez que lemos um texto, uma “nova” enunciação se constrói. Um novo tempo se impõe marcando um *eu* que estabelece relações com outros *tu* disponíveis à leitura e prontos para (re)inventar

um momento de enunciação, simplesmente porque a língua está em jogo. Simplesmente porque a língua possibilita à existência humana um diálogo entre um *eu* e um *tu, aqui e agora*. Simplesmente porque a língua possibilita um homem falar com outro homem na sociedade.

Referências

BENVENISTE, E. (1965). A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 68-80.

_____. O aparelho formal da enunciação. (1970). In: _____. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 81-90.

_____. (1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 247-259.

_____. (1956). A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 277-283.

_____. (1963). Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 19-34.

_____. (1958). Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 284-293.

DESSONS, G. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris : Éditions In Press, 2006.

FLORES, V.N. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *DELTA* [online]. 2013a v. 29, n. 1, p. 95-120.

_____. Introdução à teoria enunciativa de Benveniste. São Paulo: Parábola, 2013b.

FLORES, V.N. & TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. Contexto: São Paulo, 2005.

NAUJORKS, J. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Tese de doutorado.

ZERO HORA, Porto Alegre, página 12, 09 de ago. 2015.